

Autor: Poder Executivo

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Os cargos de médico, previstos na Tabela F, anexo I, da Lei Complementar nº 122, de 12 de agosto de 2014, com carga horária de 04 horas diárias, passam a vigorar com vencimento base de R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais).

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã-MS, 19 de dezembro de 2014.

Ludimar Godoy Novais
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº. 130, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

“Altera a Lei Complementar n.121, de 12 de agosto de 2014, que aprova o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ponta Porã e dispõe sobre seu Regime Jurídico e dá outras providências”.

Autor: Poder Executivo

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O artigo 38, §3º da Lei Complementar n. 121, de 12 de agosto de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 38 – Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, que inviabilizem a realização das atividades consideradas essenciais ao cargo originário, comprovada pela perícia médica oficial, e desde que a limitação ocorra após o ingresso no serviço público, mediante:[...]”

§3º - O servidor readaptado provisória ou definitivamente terá sua carreira suspensa, não concorrendo neste período para as progressões e ascensões funcionais, bem como para as evoluções de classe por tempo de serviço, atendido o Plano de Cargo e Carreira específico, circunstância em que ficará garantido ao servidor a retomada na carreira e suas vantagens, quando cessar a condição de readaptado.” (NR)

Art. 2º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, 19 de dezembro de 2014.

Ludimar Godoy Novais
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 131, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

“Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº. 071 de 17 de dezembro de 2010, que Institui o Código Urbanístico do Município de Ponta Porã/MS e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, encaminha para aprovação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei Complementar:

Art. 1º. Fica acrescentado ao art. 250 da Lei Complementar n. 071 de 17 de dezembro de 2010, o inciso VIII, com a seguinte redação:

“VIII- documentos constitutivos e comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.”

Art. 2º. Fica acrescentado o Parágrafo Único ao art. 247 da Lei Complementar n. 071 de 17 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

“Parágrafo único. A atividade irregular de comércio, indústria e prestadores de serviços, assim entendido estabelecimento em atividade sem o competente alvará de funcionamento, fica sujeito a:

- I- Multa no valor correspondente a 85 (oitenta e cinco) UFPP, acrescida de 50% (cinquenta por cento) em caso de reincidência;
- II- Interdição do estabelecimento, nos termos do art. 481, III, deste Código, quando, após a constatação e notificação/autuação pela fiscalização, não tiver proceder à regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da ciência.

Art. 3º. Fica acrescentado o art. 446-A à Lei Complementar n. 071 de 17 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

“Art. 446-A. A constatação pela fiscalização municipal de que o proprietário do imóvel descumpriu a obrigação prevista no artigo anterior, será reduzida à termo, notificando o proprietário pessoalmente ou através de correspondência enviada ao endereço contido no cadastro do contribuinte.

§1º. O termo de constatação deverá conter, além da identificação do proprietário, a data, hora e o endereço do imóvel, e a descrição das condições e estado do imóvel quanto a existência de resíduos, entulhos, vegetação, e, sempre que possível, ser à ele anexadas imagens do local.

§2º. O descumprimento da obrigação quanto a limpeza e conservação dos imóveis configura infração, sujeita às penalidades deste Código, em especial a multa prevista no artigo 447.

§3º. Constatada a irregularidade no imóvel relativamente as obrigações contidas no art. 446, o proprietário será notificado para providenciar a limpeza, capinagem e/ou drenagem do imóvel, no prazo de cinco dias, contados da intimação.

§4º. A notificação de que trata o parágrafo anterior poderá ser feita no próprio termo de constatação.

§5º. Quando a limpeza, capinagem e/ou drenagem do imóvel tiver que ser imediata, ou, em sendo notificado para procedê-los, o proprietário não o fizer, o Município, através da Secretaria Municipal de Obra e Urbanismo, poderá executar a limpeza, capinagem e/ou drenagem, emitindo imediatamente a cobrança pelos serviços, independente de aplicação de penalidade.

§6º. Os serviços descritos no parágrafo anterior poderão ser executados por empresa contratada mediante concessão pública ou autorização administrativa.

I – A concessão pública deverá ser precedida de licitação pública, na modalidade concorrência, por prazo determinado à empresa que possua capacidade técnica e operacional para a execução dos serviços.

II – A autorização legislativa deverá ser expedida por Decreto Municipal, a título precário à empresa que possua capacidade técnica e operacional para a execução dos serviços.

§7º. Os valores à serem reembolsados pelos proprietários dos imóveis que venham a ser limpos, capinados e/ou drenados serão estabelecidos através de Decreto do Poder Executivo, e poderão ser fixados levando em consideração a natureza dos serviços executado, a quantidade de horas e mão-de-obra, os equipamentos e materiais, de modo a ressarcir a despesa suportada pela Administração Pública.

Art. 4º. O caput do art. 447 da Lei Complementar n. 071 de 17 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 447. No caso de infrações relacionadas à limpeza, capinagem e drenagem, o infrator fica sujeito à multa no valor correspondente a 0,15 (quinze centésimos) da Unidade Fiscal de Ponta Porã por metro quadrado de área.”

Art. 5º. Fica acrescentado o art. 447-A a Lei Complementar n. 071 de 17 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

“Art. 447-A. Em caso de reincidência o valor da multa prevista no artigo anterior será correspondente a 0,30 (trinta centésimos) da Unidade Fiscal de Ponta Porã.”

Art. 6º. Fica suprimido o inciso IV do artigo 479 da Lei Complementar n. 071 de 17 de dezembro de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 479. Excluindo as hipóteses previstas neste código, as demais multas terão o valor de 01 (uma) a 500 (quinhentas) vezes o valor da Unidade Fiscal de Ponta Porã – UFPP, aplicadas de acordo com os seguintes critérios:

I- as circunstâncias em que a infração tenha sido cometida;

II- a gravidade;

III- as consequências que possa produzir/

VI- (suprimido).

Art. 7º. Fica acrescentado o Parágrafo único ao artigo 479 da Lei Complementar n. 071 de 17 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Em caso de reincidência, o valor da multa aplicada deverá ser no mínimo o dobro da multa anteriormente aplicada, caso em que poderá ultrapassar o limite estabelecido no caput.”

Art. 8º. O Parágrafo Único do art. 486 da Lei Complementar n. 071 de 17 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Quando o infrator não for encontrado no local da infração para a intimação dos atos praticados pela fiscalização, a mesma será realizada através de edital publicado em uma única vez em Diário Oficial ou, na falta deste, em jornal de grande circulação no Município.”

Art.9º. Fica acrescentado o artigo 486-A à Lei Complementar n. 071 de 17 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

“Art. 486-A. A intimação dos atos, far-se-á, alternativamente, das seguintes formas:

I- ciência direta, feita pessoalmente, colhendo a assinatura do notificado e/ou autuado no próprio termo;

II- remessa do ato por via postal ao endereço do , por correspondência registrada,

§1º. Quando não for possível a realização da intimação em nenhuma das formas previstas no presente artigo, far-se-á através de edital publicado no Diário Oficial e, na falta deste, no jornal de maior circulação no Município.

§2º. No caso de impossibilidade de assinatura ou recusa do infrator e/ou notificado, a autoridade administrativa que estiver cumprindo o ato deverá reduzir a termo, consignando a recusa ou impossibilidade, fazendo constar a hora e o local da ocorrência.

§3º. Considera-se cientificado do inteiro teor de aviso, documento, intimação, notificação ou qualquer outra comunicação oficial, expedidos por agente administrativo, remetidos ao notificado e/ou autuado, por via postal no endereço de seu domicílio, independente do receptor da correspondência.

§ 4º. É, também, modo válido de intimação, a tomada de conhecimento nos autos de processo ou em outro documento oficial, da exigência da obrigação ou imposição de qualquer dever jurídico, inclusive quanto à ciência de decisões de litígios em qualquer instância administrativa.”

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã-MS, 19 de dezembro de 2014.

Ludimar Godoy Novais
Prefeito Municipal



Diário Oficial

Órgão de Divulgação Oficial do Município de Ponta Porã - MS

Criado pela Lei Complementar Nº 15 de 02/07/2004
Órgão Oficial destinado à publicação dos atos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Ponta Porã - MS

PODER EXECUTIVO

Prefeito: **Ludimar Godoy Novais**

PODER LEGISLATIVO

Presidente: **Agnaldo Pereira Lima**

Sede: Rua Guia Lopes, 663 - Centro - Ponta Porã - MS
CEP: 79900-000 - Tel.: 67 3431-5367